

## EDITORIAL

## Os processos licitatórios e a busca do melhor benefício à coletividade

O poder público, por si só, não gera suas receitas. Ela vem dos contribuintes que pagam tributos com diversos fatos geradores, como a propriedade de um veículo, de um imóvel, o imposto a partir de determinada renda, uma importação de um produto ou mesmo uma autorização para explorar determinada atividade econômica, entre outros casos. De acordo com a Constituição federal, os entes federados podem ter sua arrecadação específica em cima de situações predefinidas como forma de exercer suas atribuições e custear suas ações. Exemplifiquemos com o IOF federal, o IPVA estadual e o IPTU, municipal.

Essas cobranças previstas em lei geram um montante que será parte do erário que financiará as ações da administração pública nas suas diferentes

esferas. Esse fato está na base de uma equação que aponta para a necessidade de amearhar valores e, partindo dessa premissa, investi-los de forma otimizada, gerando benefícios para toda a coletividade. É aí que surgem as ferramentas da licitação pública, inicialmente reguladas pela Lei Federal 8.666/1993 e modificada posteriormente pela Lei Federal 14.133/2021, que veio para incorporar os avanços propiciados pelas novas tecnologias, visando facilitar a apresentação de propostas de particulares para oferecer seus produtos, expertises e serviços. As modalidades licitatórias previstas pelas normas em vigor são pregão, concorrência, concurso, leilão

“

As licitações são meios de que dispõem os governos para contratar em prol da população.

e diálogo competitivo. Cada uma delas tem sua especificidade e sua aplicabilidade em função dos interesses dos órgãos envolvidos nas aquisições. É preciso estar atento para equilibrar questões como melhor preço e melhor técnica, visando obter o melhor custo-benefício para a sociedade. Isso implica conhecer o potencial e a confiabilidade dos concorrentes para garantir a lisura dos procedimentos.

Os governos, em geral, são grandes clientes da iniciativa privada. Resta fazer com que as negociações sejam boas para todas as partes envolvidas, notadamente para a população, que constitui o público-alvo dessas iniciativas.

## DO LEITOR

RENATO PANATTIERI

## Paralisação no INSS

Segurados e beneficiários do INSS continuam revoltados com a paralisação desde quarta-feira com este serviço nacional. A justificativa é com relação a mudanças programadas nos sistemas previdenciários, segundo a Dataprev, responsável pela tecnologia da informação (TI) da Previdência. Perdemos agendamentos feitos com bastante antecedência e perícias, ou seja, somente poderemos agendar a partir de terça-feira da próxima semana. Saudades dos tempos em que as fichas eram preenchidas com máquinas de escrever e as informações eram guardadas em arquivos físicos. Tudo está parado e nos sentimos desamparados, pois não entramos em contato com a devida antecedência. Sentimo-nos reféns de um sistema que deveria nos proporcionar mais atenção e cuidados.

Betina T. de Souza

Porto Alegre, via e-mail

## Riqueza mundial

Li o Correio do Povo da edição de 25/01, a reportagem “Bilionários”, na qual consta que as 12 pessoas mais ricas do planeta resolveriam a pobreza da população mundial. É estranho tanta concentração de renda nas mãos de poucas pessoas, o que causa profunda tristeza (abalo emocional) e me deixa indigna-

do. Não haveria outro sistema mundial que não causasse tanta desigualdade e que distribuisse de forma mais equânime a riqueza produzida por todos?

Carlos A. G. Cardoso

Porto Alegre, via e-mail

## Queremos paz

Tem razão o leitor Paulo T. Sousa

(CP, 28/1) quando prefere as notícias de paz ao contrário das guerras que ocorrem no planeta. É muito importante que os presidentes Lula e Donald Trump finalizem a criação de um Conselho de Paz para solucionar o fim das guerras e a reconstrução do território de Gaza, além de resolverem a situação da Venezuela.

Lucas S. dos Santos, Porto Alegre

## CHARGE

AMORIM

Leia mais em correiodopovo.com.br/opiniao/charge



doleitor@correiodopovo.com.br ou via redes sociais | Leia mais em correiodopovo.com.br/opiniao/doleitor

## ARTIGO

opinião@correiodopovo.com.br

## Indisponibilidade de sistemas em janeiro aprofunda crise no INSS

DANIEL EMMANUEL

Diretor do SindispreVR

Omês de janeiro de 2026 registra mais uma grave interrupção no atendimento do INSS. O instituto confirmou que não haverá atendimento presencial nas agências nos dias 28, 29 e 30 de janeiro devido a mudanças sistêmicas solicitadas pela Dataprev. Além disso, os serviços do Meu INSS e a Central 135 ficarão indisponíveis das 19h do dia 27 até 31 de janeiro.

Embora o INSS alegue que a paralisação visa a "modernização" para garantir estabilidade e segurança, usuários e servidores enfrentam um problema histórico: interrupções frequentes e falta de planejamento. A crise é persistente; há 46 anos, reportagens já denunciavam a lentidão na análise de benefícios sob promessas de soluções em 48 horas. Quase cinco décadas depois, a realidade são filas recordes.

Atualmente, o INSS lida com a maior fila de sua história, somando três milhões de requerimentos pendentes. Entre janeiro e novembro de 2025, o volume de pedidos cresceu 23%, com média mensal de 1,3 milhão de solicitações. Essa fila representa milhões de cidadãos sem renda e sem perspectiva de atendimento.

Para os servidores, o cenário é de sobrecarga, metas excessivas e falta de pessoal. A adoção da fila nacional de análise não resolve o problema central: sistemas precários e ausência de investimento estrutural.

A Dataprev informou que os impactos irão além de janeiro. Módulos essenciais, como revisão de benefícios e Certidão de Tempo de Contribuição (CTC), seguirão indisponíveis, com retorno previsto apenas para fevereiro e março. Mesmo após a retomada, são esperadas inconsistências técnicas que podem gerar novos atrasos.

O sindicato denuncia que esta indisponibilidade não é um fato isolado, mas parte de uma gestão que mantém o órgão em crise permanente. Modernização não pode resultar em fechamento de agências e negação de direitos. A demora na concessão, prometida como resolvida há décadas, continua sendo o cotidiano cruel da população brasileira.

130 anos CORREIO DO POVO

FUNDADO EM 1º DE OUTUBRO DE 1895  
EMPRESA JORNALÍSTICA CALDAS JÚNIOR

DIRETOR PRESIDENTE

Marcelo Dantas | presidencia@correiodopovo.com.br

DIRETOR DE REDAÇÃO

Telmo Ricardo Borges Flor | telmo@correiodopovo.com.br

DIRETOR COMERCIAL

João Müller | jmuller@correiodopovo.com.br

REDAÇÃO

Rua Caldas Júnior, 219  
Porto Alegre, RS  
CEP 90019-900  
Fone (51) 3215-6161

COMERCIAL

Atendimento às Agências  
Fone (51) 3215.6169

TELEANÚNCIOS

Fone (51) 3216.1616  
anuncios@correiodopovo.com.br

OPEC

Operação Comercial  
Fone (51) 3215-6101,  
ramais 6172 e 6173  
opec@correiodopovo.com.br

ATENDIMENTO AO ASSINANTE

Fones (51) 3216.1600 e 0800.0099100  
atendimento@correiodopovo.com.br

VENDA DE ASSINATURA

Fone (51) 3216.1606

Modalidade

Digital (todos os dias)  
Impresso Sáb./Dom.  
Impresso Seg. a Sex.  
Impresso Seg. a Dom.

Capital-POA

RS e SC

R\$ 71,90

R\$ 105,00

R\$ 143,00

R\$ 165,00

Interior

R\$ 71,90

R\$ 117,00

R\$ 156,00

R\$ 180,00

VENDA AVULSA

Capital-POA: R\$ 6,00 | Interior/RS e SC: R\$ 7,00  
Demais Estados: R\$ 10,00 mais frete

@correio\_dopovo

FACEBOOK  
CorreioDoPovoINSTAGRAM  
correiodopovoYOUTUBE  
correiodopovoplayWHATSAPP  
(51) 3216.1600SPOTIFY  
Correio do Povo

Os artigos publicados com assinatura nesta página não traduzem necessariamente a opinião do jornal e são de inteira responsabilidade de seus autores. Podem ser enviados para o e-mail [opinião@correiodopovo.com.br](mailto:opinião@correiodopovo.com.br). As cartas para o Correio do Leitor, com assinatura, endereço, número da identidade e telefone de contato para confirmação deverão ser enviadas para a Diretoria de Redação do Correio do Povo, na rua Caldas Júnior, 219, CEP 90019-900, ou pelo e-mail [doleitor@correiodopovo.com.br](mailto:doleitor@correiodopovo.com.br). Por razões de clareza ou espaço, as cartas poderão ser publicadas resumidamente.